

Política, economia e dívidas rebaixam avaliação de risco do Brasil

A seguradora de risco de crédito Coface rebaixou pela segunda vez em menos de um ano a avaliação do Brasil, ressaltando a instabilidade política e econômica do país, mas também o alto nível de endividamento das empresas nacionais.

De acordo com a seguradora francesa, apenas na China e na Turquia houve um maior ritmo de endividamento das empresas do que no Brasil.

A nota do Brasil passou de B para C, o que significa um risco “elevado” de não pagamento de dívidas das empresas. Trata-se da segunda qualificação mais baixa atribuída pela Coface.

Estão no mesmo patamar de risco do Brasil países como a Argentina, a Rússia, o Egito e a Grécia. Na América Latina, apenas a Venezuela, Guiana e Cuba merecem qualificações piores.

Outras economias emergentes que tiveram suas notas rebaixadas pela Coface são a África do Sul, Argélia, Zâmbia, Tanzânia, Gabão, Namíbia, Madagascar, Bahrein e Casaquistão.

O banco ICBC Standard Bank, por sua vez, diz que o Brasil é hoje o país emergente menos atraente para investidores globais em renda fixa, o que indica que não deverá ser nada fácil para as empresas captarem dinheiro neste ano nos mercados de títulos de dívida internacionais.

Conjuntura ruim

O rebaixamento ocorre em um momento em que cresce entre os investidores a preocupação a respeito da possibilidade de

calote em países emergentes.

Uma conjuntura global negativa alimentada pela desaceleração da China, a queda dos preços das commodities, a lentidão das economias desenvolvidas e a valorização do dólar faz com que dívidas contraídas na moeda americana se tornem cada vez mais difíceis de pagar por parte de empresas de economias emergentes.

O Brasil, porém, tem sua situação agravada por instabilidade política e erros de política econômica, de acordo com a empresa.

Em nota de pesquisa, o banco chinês ICBC Standard Bank estima que, neste ano, as empresas e governos de países emergentes darão calote em dívidas equivalentes a US\$ 27 bilhões, comparados com US\$ 18 bilhões em 2015.

Com isso, a taxa de calotes global nos países emergentes subirá de 2,39% para 4%. Os dados não incluem a Venezuela, onde há um risco iminente de calote soberano e da petroleira PDVSA, o que elevaria a percentagem a 9%.

RoLagem

De acordo com a Coface, o país onde a relação da dívida das empresas com o PIB cresceu mais nos últimos sete anos foi a China, onde passou de 100% a 160%.

Em seguida vêm a Turquia, onde a dívida corporativa aumentou 30 pontos percentuais até cerca de 60% do PIB, e o Brasil, onde subiu 17 pontos para se aproximar da metade da riqueza produzida no país em um ano.

Mas, enquanto a maior parte da dívida chinesa se concentra na moeda local, um volume crescente de empréstimos e títulos corporativos na Turquia e no Brasil foram feitos em moeda estrangeira.

Por esse motivo, as fortes desvalorizações da lira turca e do real fazem com que a percepção de risco de calote nestes dois países seja mais intensa. Pelos mesmos motivos, as empresas russas também preocupam.

Grupos baseados no México e na Indonésia possuem níveis mais altos de endividamento em dólar, mas a proporção de dívida corporativa com relação ao PIB é bem inferior aos dos três países acima.

O lado positivo do atual cenário, segundo o ICIC Standard Bank, é que, em um momento de abundante liquidez local, as condições para que as empresas e governos refinanciem suas dívidas ou acertem acordos de rolagem são bem mais benéficas do que em crises anteriores.

Por esse motivo, o banco não espera que a situação se deteriore como em 2002 ou 2009, quando os níveis de inadimplência em títulos da dívida de países emergentes chegaram a 33% e 13,75%, respectivamente.

Mesmo este lado positivo da conjuntura pode não ajudar as empresas brasileiras, porém, já que os títulos da dívida do país parecem estar firmemente instalados na lista negra dos investidores globais.

Em 2015, o total de investimentos em renda fixa por investidores estrangeiros no Brasil caiu US\$ 38,8 bilhões, segundo o banco, superando a fuga de capitais da Rússia (US\$ 34,1 bilhões) e da Turquia (US\$ 16,6 bilhões).

Mas não vale dizer que o sentimento é generalizado na América Latina, já que México, Chile, República Dominicana e Uruguai estiveram entre os dez países mais populares entre os investidores estrangeiros, postando US\$ 6 bilhões, US\$ 4,3 bilhões, US\$ 3 bilhões e US\$ 2,3 bilhões, respectivamente, em fluxos positivos.

Na verdade, não fosse por Brasil e Venezuela, o fluxo de

investimentos em renda fixa na América Latina haveria sido positivo no ano passado.

A China foi o destino favorito dos investidores de renda fixa emergente em 2015, com US\$ 60 bilhões positivos.